

ÍNDICE DA MATÉRIA

APRESENTAÇÃO

TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PARTE I – NOÇÕES FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I – CONCEITO, HISTÓRIA E FONTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

§ 1º – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 – NOÇÕES GERAIS

2 – DEFINIÇÃO

3 – NATUREZA

4 – RELAÇÕES COM OUTROS RAMOS DO DIREITO

5 – OBJETIVO

5-A – NOVOS RUMOS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

5-B – UNIVERSALIDADE DOS PROBLEMAS DO PROCESSO MODERNO

§ 2º – HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

6 – ORIGENS

7 – EVOLUÇÃO: MUNDO CLÁSSICO. GRÉCIA

8 – O PROCESSO CIVIL ROMANO

9 – PROCESSO COMUM

10 – O PROCESSO CIVIL MODERNO (FASE CIENTÍFICA)

11 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO

12 – REGULAMENTO Nº 737

13 – CÓDIGOS ESTADUAIS

14 – CÓDIGOS UNITÁRIOS

15 – O NOVO CÓDIGO

15-A – A REFORMA DO CÓDIGO E A EVOLUÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

15-B – A BUSCA DA EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL

§ 3º – FONTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16 – NOÇÕES GERAIS

17 – LEI PROCESSUAL

17-A – A CONSTITUIÇÃO E OS TRATADOS

18 – A LEI PROCESSUAL NO TEMPO

19 – A LEI PROCESSUAL NO ESPAÇO

20 – INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PROCESSUAIS

§ 4º – PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO DIREITO PROCESSUAL

21 – NOÇÕES GERAIS: PRINCÍPIOS UNIVERSAIS

21-A – PRINCÍPIOS GERAIS ESPECÍFICOS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

22 – PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO PROCESSO: PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

22-A – PROCESSO LEGAL E PROCESSO JUSTO

22-B – DIREITO E PROCESSO: INSTRUMENTALIDADE EFETIVA E CELERIDADE PROCEDIMENTAL

22-C. PROCESSO JUSTO E PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE

23 – PRINCÍPIO INQUISITIVO E PRINCÍPIO DISPOSITIVO

24 – PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO

25 – PRINCÍPIO DA RECORRIBILIDADE E DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO

26 – PRINCÍPIO DA BOA-FÉ E DA LEALDADE PROCESSUAL

27 – PRINCÍPIO DA VERDADE REAL

- 28 – PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO PROCEDIMENTO: PRINCÍPIO DA ORALIDADE
- 29 – PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE
- 30 – PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL
- 30-A – DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO
- 31 – PRINCÍPIO DA EVENTUALIDADE OU DA PRECLUSÃO

CAPÍTULO II – JURISDIÇÃO, PROCESSO E AÇÃO

§ 5º – JURISDIÇÃO

- 32 – IMPERATIVIDADE DA ORDEM JURÍDICA
- 33 – JUSTIÇA PRIVADA E JUSTIÇA PÚBLICA
- 34 – JURISDIÇÃO
- 35 – CARACTERÍSTICAS DA JURISDIÇÃO
- 36 – IMPARCIALIDADE E DISPONIBILIDADE
- 37 – OBJETIVO DA JURISDIÇÃO
- 37-A – EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL
- 38 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
- 39 – JURISDIÇÃO CIVIL
- 40 – JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
- 41 – SUBSTITUTIVOS DA JURISDIÇÃO
- 41-A – A EVOLUÇÃO DA JURISDIÇÃO INDIVIDUAL PARA A JURISDIÇÃO COLETIVA
- 41-B – PANORAMA GLOBAL DO APRIMORAMENTO DA JURISDIÇÃO, NA EVOLUÇÃO DO ESTADO DE DIREITO

§ 6º – PROCESSO

- 42 – CONCEITO
- 42-A – A IMPORTÂNCIA DA DEFINIÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DO OBJETO DO PROCESSO
- 43 – PROCESSO E PROCEDIMENTO
- 43-A – CARACTERÍSTICAS DO PROCEDIMENTO
- 44 – AUTONOMIA DO PROCESSO
- 45 – ESPÉCIES DE PROCESSO
- 46 – FUNÇÕES DO PROCESSO
- 47 – INDEPENDÊNCIA DOS PROCESSOS
- 47-A – TUTELA ORDINÁRIA E TUTELAS DIFERENCIADAS
- 47-B – TUTELA ORDINÁRIA E TUTELA DE URGÊNCIA
- 47-C – TUTELA SANCIONATÓRIA E TUTELA INIBITÓRIA

§ 7º – AÇÃO

- 48 – O MONOPÓLIO ESTATAL DA JUSTIÇA
- 49 – A AÇÃO: DIREITO SUBJETIVO À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
- 50 – AUTONOMIA DO DIREITO DE AÇÃO
- 51 – A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE AÇÃO
- 51-A – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E TUTELA JURISDICIONAL
- 51-B – A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DE AÇÃO. RESTAURAÇÃO DO CONCEITO DE AÇÃO DE DIREITO MATERIAL
- 52 – CONDIÇÕES DA AÇÃO
- 53 – ENUMERAÇÃO E CONCEITUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO
- 53-A – CONDIÇÕES DA AÇÃO ESTATUÍDAS PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
- 54 – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS
- 54-A – INTER-RELACIONAMENTO ENTRE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, CONDIÇÕES DA AÇÃO E MÉRITO DA CAUSA
- 55 – CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES
- 55-A – AÇÃO E PRETENSÃO
- 55-B – AÇÃO E CAUSA
- 55-C – ELEMENTOS IDENTIFICADORES DA CAUSA
- 56 – A DEFESA DO RÉU
- 57 – ESPÉCIES DE RESPOSTA

CAPÍTULO III – ELEMENTOS E EFEITOS DO PROCESSO

§ 8º – ELEMENTOS DO PROCESSO

58 – VISÃO DINÂMICA E ESTÁTICA DO PROCESSO

59 – A RELAÇÃO PROCESSUAL

60 – CLASSIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS DO PROCESSO

§ 9º – EFEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL

61 – NOÇÕES GERAIS

62 – DIREITOS PROCESSUAIS

63 – OBRIGAÇÕES PROCESSUAIS

64 – DEVERES PROCESSUAIS

65 – ÔNUS PROCESSUAIS

PARTE II – SUJEITOS DO PROCESSO

CAPÍTULO IV – PARTES E PROCURADORES

§ 10 – PARTES

66 – PARTES

67 – NOMENCLATURA

68 – SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

69 – SUBSTITUIÇÃO DE PARTE (ALIENAÇÃO DO BEM LITIGIOSO)

70 – CAPACIDADE PROCESSUAL

71 – CAPACIDADE PROCESSUAL DAS PESSOAS CASADAS

72 – CURATELA ESPECIAL

73 – REPRESENTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS E DAS PESSOAS FORMAIS

74 – INCAPACIDADE PROCESSUAL E IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

§ 11 – DEVERES E DIREITOS DAS PARTES E PROCURADORES

75 – DEVERES

75-A – INOVAÇÃO DA LEI Nº 10.358, DE 27.12.2001

76 – RESPONSABILIDADE DAS PARTES POR DANO PROCESSUAL

76-A – DIREITOS

76-B – DIREITO ESPECIAL DOS LITIGANTES IDOSOS E PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES

§ 12 – DESPESAS E MULTAS

77 – ÔNUS FINANCEIRO DO PROCESSO

78 – ANTECIPAÇÃO DAS DESPESAS

79 – A SUCUMBÊNCIA E AS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO PROCESSO

80 – RESSALVAS AOS EFEITOS DA SUCUMBÊNCIA

80-A – EXTINÇÃO DO PROCESSO POR PERDA DO OBJETO

81 – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA

82 – REALIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR AS DESPESAS PROCESSUAIS

83 – MULTAS

84 – HONORÁRIOS DE ADVOGADO

85 – CABIMENTO DOS HONORÁRIOS

86 – INOPERÂNCIA DA SUCUMBÊNCIA

87 – FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS

88 – ALGUNS CASOS ESPECIAIS DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS

89 – EXECUÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

89-A – INCLUSÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO RESSARCIMENTO DE PERDAS E DANOS

90 – ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

§ 13 – ADVOGADOS

91 – CAPACIDADE DE POSTULAÇÃO
92 – O MANDATO JUDICIAL
93 – DIREITOS E DEVERES

§ 14 – SUBSTITUIÇÕES DAS PARTES E PROCURADORES
94 – SUBSTITUIÇÃO DE PARTE
95 – SUBSTITUIÇÃO DO ADVOGADO

CAPÍTULO V – PLURALIDADE DE PARTES

§ 15 – LITISCONSÓRCIO
96 – PLURALIDADE DE PARTES
97 – CLASSIFICAÇÕES
98 – ESPÉCIES DE LITISCONSÓRCIO
99 – SISTEMA DO CÓDIGO
100 – CASOS LEGAIS DE LITISCONSÓRCIO
101 – LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO
102 – LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO NÃO OBSERVADO NA PROPOSITURA DA AÇÃO
103 – LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO RECUSÁVEL
104 – POSIÇÃO DE CADA LITISCONSORTE NO PROCESSO
105 – AUTONOMIA DOS LITISCONSORTES PARA OS ATOS PROCESSUAIS

§ 16 – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS
106 – CONCEITO
107 – CLASSIFICAÇÕES

§ 17 – OPOSIÇÃO
108 – CONCEITO
109 – COMPETÊNCIA
110 – PROCEDIMENTO
111 – JULGAMENTO DA OPOSIÇÃO

§ 18 – NOMEAÇÃO À AUTORIA
112 – CONCEITO
113 – PRESSUPOSTO DA NOMEAÇÃO À AUTORIA
114 – PROCEDIMENTO
114-A – RECURSO

§ 19 – DENUNCIAÇÃO DA LIDE
115 – CONCEITO
115-A – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E DIREITO REGRESSIVO CONTRA O FUNCIONÁRIO CAUSADOR DO DANO
116 – OBRIGATORIEDADE DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE
116-A – CASOS DE NÃO CABIMENTO DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE
117 – OBJETIVO DO INCIDENTE
118 – LEGITIMAÇÃO
119 – PROCEDIMENTO
120 – EFEITOS DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE
120-A – RECURSOS
120-B – EXECUÇÃO DA SENTENÇA
120-C – EXECUÇÃO DA SENTENÇA PELO DENUNCIANTE
121 – DENUNCIAÇÕES SUCESSIVAS

§ 20 – CHAMAMENTO AO PROCESSO
122 – CONCEITO
123 – CASOS DE ADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE
124 – PROCEDIMENTO

124-A – CHAMAMENTO AO PROCESSO NAS AÇÕES DO CONSUMIDOR
124-B – O CHAMAMENTO AO PROCESSO EM CASO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

§ 21 – ASSISTÊNCIA
125 – CONCEITO
126 – PRESSUPOSTOS DA INTERVENÇÃO
127 – ASSISTÊNCIA SIMPLES E ASSISTÊNCIA LITISCONSORCIAL
128 – CABIMENTO E OPORTUNIDADE DA INTERVENÇÃO ASSISTENCIAL
129 – PROCEDIMENTO
130 – PODERES E ÔNUS PROCESSUAIS DO ASSISTENTE
130-A – ASSISTÊNCIA PROVOCADA
130-B – O RECURSO DE TERCEIRO PREJUDICADO

CAPÍTULO VI – SUJEITO ESPECIAL DO PROCESSO

§ 22 – O MINISTÉRIO PÚBLICO
131 – CONCEITO
132 – FUNÇÕES
133 – NATUREZA
134 – MINISTÉRIO PÚBLICO COMO PARTE
135 – MINISTÉRIO PÚBLICO COMO *CUSTOS LEGIS*
136 – AUSÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO
137 – ÓRGÃOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO
138 – PRINCÍPIOS E GARANTIAS

CAPÍTULO VII – JUÍZES

§ 23 – COMPETÊNCIA
139 – CONCEITO
140 – DISTRIBUIÇÃO DA COMPETÊNCIA
141 – CLASSIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA

§ 24 – COMPETÊNCIA INTERNACIONAL
142 – NOÇÕES GERAIS
143 – ESPÉCIES DE COMPETÊNCIA INTERNACIONAL
144 – COMPETÊNCIA CONCORRENTE E LITISPENDÊNCIA

§ 25 – COMPETÊNCIA INTERNA
145 – NOÇÕES GERAIS
146 – COMPETÊNCIA EM MATÉRIA CIVIL
147 – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL
148 – COMPETÊNCIA DAS JUSTIÇAS ESTADUAIS

§ 26 – CRITÉRIOS DE DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA INTERNA
149 – GENERALIDADES
150 – COMPETÊNCIA DO FORO E COMPETÊNCIA DO JUIZ
151 – DIVISÃO DA COMPETÊNCIA DO FORO
152 – CUMULATIVIDADE DE JUÍZOS COMPETENTES
153 – *PERPETUATIO IURISDICTIONIS*

§ 27 – COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO VALOR DA CAUSA E EM RAZÃO DA MATÉRIA
154 – COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO VALOR DA CAUSA
155 – COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA

§ 28 – COMPETÊNCIA FUNCIONAL
156 – CONCEITO

157 – CLASSIFICAÇÃO

§ 29 – COMPETÊNCIA TERRITORIAL

- 158 – CONCEITO
- 159 – FORO COMUM
- 160 – FOROS SUBSIDIÁRIOS OU SUPLETIVOS
- 161 – FOROS ESPECIAIS
- 162 – AÇÕES REAIS IMOBILIÁRIAS
- 163 – FORO DA SUCESSÃO HEREDITÁRIA E DA AUSÊNCIA
- 164 – FORO DA UNIÃO E DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS
- 165 – FOROS *RATIONE PERSONAE*
- 166 – FORO DAS PESSOAS JURÍDICAS
- 166-A – FORO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS
- 167 – FOROS *RATIONE LOCI* EM MATÉRIA DE OBRIGAÇÕES
- 168 – FORO RELATIVO À ARBITRAGEM
- 168-A – FORO DO IDOSO

§ 30 – MODIFICAÇÕES DA COMPETÊNCIA

- 169 – COMPETÊNCIA ABSOLUTA E COMPETÊNCIA RELATIVA
- 170 – PRORROGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
- 171 – PRORROGAÇÃO LEGAL
- 171-A – INTENSIDADE DA CONEXÃO
- 172 – EFEITO PRÁTICO
- 173 – PREVENÇÃO
- 174 – OUTROS CASOS DE PRORROGAÇÃO LEGAL
- 175 – CONEXÃO ENTRE AÇÃO PENAL E AÇÃO CIVIL
- 176 – PRORROGAÇÃO VOLUNTÁRIA
- 176-A – DERROGAÇÃO DE FOROS ESPECIAIS INSTITUÍDOS POR LEIS DE ORDEM PÚBLICA
- 176-B – PRORROGAÇÃO DE COMPETÊNCIA EM CASO DE FORO DE ELEIÇÃO AJUSTADO EM CONTRATO DE ADESÃO

§ 31 – DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

- 177 – VERIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA
- 178 – EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA
- 179 – INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA
- 179-A – FORO DE ELEIÇÃO E DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA (CONTRATO DE ADESÃO)

§ 32 – CONFLITO DE COMPETÊNCIA

- 180 – NOÇÕES GERAIS
- 181 – PROCEDIMENTO DO CONFLITO
- 182 – EFEITOS DO CONFLITO

CAPÍTULO VIII – ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E AUXILIARES DA JUSTIÇA

§ 33 – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 183 – O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO
- 184 – DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO
- 185 – JURISDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA
- 186 – COMPETÊNCIA
- 187 – DISCIPLINA DA MAGISTRATURA

§ 34 – ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS

- 188 – JUÍZES
- 189 – REQUISITOS DE ATUAÇÃO DO JUIZ
- 190 – GARANTIAS DA MAGISTRATURA
- 191 – PODERES E DEVERES DO JUIZ
- 191-A – ATIVIDADE CRIATIVA DO JUIZ
- 192 – RESPONSABILIDADE DO JUIZ

- 193 – GARANTIA DE IMPARCIALIDADE DO JUIZ
- 194 – CASUÍSMO LEGAL
- 194-A – JUIZ-TESTEMUNHA
- 195 – EXCLUSÃO DO JUIZ SUSPEITO OU IMPEDIDO

- § 35 – AUXILIARES DA JUSTIÇA
- 196 – O JUÍZO
- 197 – ESCRIVÃO
- 198 – OFICIAL DE JUSTIÇA
- 199 – PERITO
- 200 – DEPOSITÁRIO E ADMINISTRADOR
- 201 – INTÉRPRETE
- 202 – OUTROS AUXILIARES EVENTUAIS

PARTE III – ATOS PROCESSUAIS

CAPÍTULO IX – FATOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

- § 36 – ATOS PROCESSUAIS
- 203 – CONCEITO
- 204 – AGENTES
- 205 – ATOS DO PROCESSO E ATOS DO PROCEDIMENTO
- 206 – CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS
- 207 – FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS
- 208 – PUBLICIDADE
- 209 – MEIOS DE EXPRESSÃO
- 209-A – O USO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE DADOS
- 209-B – O GRANDE PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO NO BRASIL
- 209-C – O PROCESSO ELETRÔNICO NO STF

- § 37 – ATOS DA PARTE
- 210 – CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO
- 211 – EFICÁCIA DOS ATOS DAS PARTES
- 212 – PETIÇÕES E AUTOS SUPLEMENTARES
- 213 – COTAS MARGINAIS E LINEARES NOS AUTOS

- § 38 – ATOS DO JUIZ
- 214 – ATIVIDADE PROCESSUAL DO JUIZ
- 215 – ATOS DECISÓRIOS
- 216 – DEFINIÇÕES LEGAIS
- 217 – DECISÃO INTERLOCUTÓRIA
- 218 – DESPACHOS
- 219 – SENTENÇA
- 220 – ATOS NÃO DECISÓRIOS
- 221 – FORMA DOS ATOS DECISÓRIOS

- § 39 – ATOS DO ESCRIVÃO OU DO CHEFE DE SECRETARIA
- 222 – DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS
- 223 – AUTUAÇÃO
- 224 – TERMOS PROCESSUAIS
- 225 – FORMA DOS TERMOS

CAPÍTULO X – O ATO PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO

- § 40 – O TEMPO E O LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS
- 226 – O TEMPO
- 227 – FERIADOS E FÉRIAS FORENSES

228 – O LUGAR

§ 41 – PRAZOS

229 – DISPOSIÇÕES GERAIS

230 – CLASSIFICAÇÃO

231 – NATUREZA DOS PRAZOS

232 – O CURSO DOS PRAZOS

233 – CONTAGEM DOS PRAZOS: TERMO INICIAL

233-A – CONTAGEM DOS PRAZOS NO PROCESSO ELETRÔNICO

234 – PRAZOS PARA RECURSO

234-A – CIÊNCIA INEQUÍVOCA

235 – TERMO FINAL

236 – PRECLUSÃO

237 – PRAZOS PARA AS PARTES

238 – PRAZOS PARA O JUIZ E SEUS AUXILIARES

239 – PRAZOS PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO E A FAZENDA PÚBLICA

240 – VERIFICAÇÃO DOS PRAZOS E PENALIDADES: PRAZOS DOS SERVENTUÁRIOS

241 – INOBSERVÂNCIA DE PRAZO DA PARTE

242 – INOBSERVÂNCIA DOS PRAZOS DO JUIZ

CAPÍTULO XI – O INTERCÂMBIO PROCESSUAL

§ 42 – ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL E ATOS FORA DA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO JUÍZO

243 – INTERCÂMBIO PROCESSUAL

244 – FORMA DOS ATOS DE COMUNICAÇÃO

244-A – A COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

245 – ATOS PROCESSUAIS FORA DOS LIMITES TERRITORIAIS DO JUÍZO

246 – REQUISITOS DAS CARTAS

247 – CUMPRIMENTO DAS CARTAS

248 – CARTAS URGENTES

249 – CUSTAS NAS CARTAS

250 – CARTAS ROGATÓRIAS

§ 43 – CITAÇÃO

251 – CONCEITO

252 – SUPRIMENTO DA CITAÇÃO

253 – DESTINATÁRIO DA CITAÇÃO INICIAL

254 – LOCAL DA CITAÇÃO

255 – IMPEDIMENTO LEGAL DE REALIZAÇÃO DA CITAÇÃO

256 – MODOS DE REALIZAR A CITAÇÃO

257 – CITAÇÃO POR OFICIAL DE JUSTIÇA

258 – CITAÇÃO COM HORA CERTA

259 – CITAÇÃO PELO CORREIO

260 – CITAÇÃO POR EDITAL

260-A – CITAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO

261 – RESPONSABILIDADE DO PROMOVENTE DA CITAÇÃO-EDITAL

262 – EFEITOS DA CITAÇÃO

263 – PREVENÇÃO

264 – LITISPENDÊNCIA

265 – LITIGIOSIDADE

266 – MORA

267 – PRESCRIÇÃO

268 – ANTECIPAÇÃO DO EFEITO INTERRUPTIVO DA PRESCRIÇÃO

268-A – A FORÇA DE INTERPELAÇÃO RECONHECIDA À CITAÇÃO

§ 44 – INTIMAÇÕES

269 – CONCEITO

- 270 – FORMA
- 271 – INTIMAÇÃO PELO ESCRIVÃO OU OFICIAL DE JUSTIÇA
- 272 – APERFEIÇOAMENTO DA INTIMAÇÃO
- 273 – INTIMAÇÃO EM AUDIÊNCIA
- 274 – INTIMAÇÃO POR EDITAL OU COM HORA CERTA
- 275 – EFEITOS DA INTIMAÇÃO
- 275-A – INTIMAÇÃO PESSOAL DO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DO DEFENSOR PÚBLICO E DO PROCURADOR DA FAZENDA PÚBLICA

CAPÍTULO XII – OUTROS ATOS PROCESSUAIS

- § 45 – REGISTRO, DISTRIBUIÇÃO E VALOR DA CAUSA
- 276 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS
- 277 – REGISTRO
- 278 – DISTRIBUIÇÃO
- 279 – DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA
- 279-A – DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA COMO MEDIDA DE COIBIÇÃO À MÁ-FÉ PROCESSUAL
- 280 – VALOR DA CAUSA
- 281 – IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

CAPÍTULO XIII – VÍCIOS DO ATO PROCESSUAL

- § 46 – NULIDADE
- 282 – CONCEITO
- 283 – ESPÉCIES DE VÍCIOS DO ATO PROCESSUAL
- 284 – ATOS INEXISTENTES
- 284-A – NOÇÃO DE NULIDADE
- 285 – ATOS ABSOLUTAMENTE NULOS
- 286 – ATOS RELATIVAMENTE NULOS
- 287 – NULIDADE DO PROCESSO E NULIDADE DO ATO PROCESSUAL
- 288 – SISTEMA DE NULIDADES DO CÓDIGO
- 289 – NULIDADES COMINADAS PELO CÓDIGO
- 290 – NULIDADES DA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
- 291 – ARGUIÇÃO DAS NULIDADES
- 292 – MOMENTO DA ARGUIÇÃO
- 293 – DECRETAÇÃO DE NULIDADE
- 294 – EFEITOS DA DECRETAÇÃO

PORTE IV – INSTAURAÇÃO, CRISE E FIM DO PROCESSO

CAPÍTULO XIV – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

- § 47 – INTRODUÇÃO
- 295 – NOÇÕES GERAIS
- § 48 – FORMAÇÃO DO PROCESSO
- 296 – O PROCESSO
- 297 – SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICO-PROCESSUAL
- 298 – INÍCIO DO PROCESSO
- 299 – FORMAÇÃO GRADUAL DA RELAÇÃO PROCESSUAL
- 300 – ESTABILIZAÇÃO DO PROCESSO
- 301 – ALTERAÇÃO DO PEDIDO
- 302 – ALTERAÇÕES SUBJETIVAS
- § 49 – SUSPENSÃO DO PROCESSO
- 303 – CONCEITO

- 304 – OS CASOS DE SUSPENSÃO DO PROCESSO
- 305 – SUSPENSÃO POR MORTE OU PERDA DE CAPACIDADE PROCESSUAL
- 306 – SUSPENSÃO POR CONVENÇÃO DAS PARTES
- 307 – SUSPENSÃO EM RAZÃO DE EXCEÇÃO
- 308 – SUSPENSÃO POR PREJUDICIALIDADE
- 309 – PREJUDICIALIDADE E CONEXÃO
- 310 – SUSPENSÃO POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR
- 311 – OUTROS CASOS LEGAIS DE SUSPENSÃO
- 312 – FÉRIAS E SUSPENSÃO DO PROCESSO

§ 50 – EXTINÇÃO DO PROCESSO (I)

- 313 – ENCERRAMENTO DA RELAÇÃO PROCESSUAL
- 314 – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO
- 315 – INDEFERIMENTO DA INICIAL
- 316 – ABANDONO DA CAUSA
- 317 – AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS
- 318 – PEREMPÇÃO
- 319 – LITISPENDÊNCIA E COISA JULGADA
- 320 – CONDIÇÕES DA AÇÃO
- 320-A – PERDA DE OBJETO
- 321 – CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM
- 322 – DESISTÊNCIA DA AÇÃO
- 323 – INTRANSMISSIBILIDADE DA AÇÃO
- 324 – CONFUSÃO ENTRE AUTOR E RÉU
- 325 – EFEITO DA EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO
- 326 – INICIATIVA DA EXTINÇÃO DO PROCESSO
- 326-A – SANEAMENTO DO PROCESSO, QUANDO O DEFEITO FOR SUPRÍVEL

§ 51 – EXTINÇÃO DO PROCESSO (II)

- 327 – EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO
- 328 – ACOLHIMENTO OU REJEIÇÃO DO PEDIDO
- 329 – RECONHECIMENTO DO PEDIDO PELO RÉU
- 330 – TRANSAÇÃO
- 330-A – RETRATAÇÃO E RESCISÃO DE TRANSAÇÃO
- 331 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA
- 331-A – A PRESCRIÇÃO E OS DIVERSOS TIPOS DE AÇÃO
- 332 – RENÚNCIA AO DIREITO

PROCESSO DE CONHECIMENTO

PARTE V – PROCESSO E PROCEDIMENTO

CAPÍTULO XV – PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

§ 52 – PROCESSO E PROCEDIMENTOS DE COGNIÇÃO

- 333 – PROCESSO
- 334 – PROCEDIMENTO
- 335 – PROCEDIMENTOS NO PROCESSO DE COGNIÇÃO
- 336 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
- 337 – ESQUEMA DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
- 338 – FASES DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
- 339 – FASE POSTULATÓRIA
- 340 – FASE SANEADORA
- 341 – FASE INSTRUTÓRIA
- 342 – FASE DECISÓRIA
- 342-A – ADEQUAÇÃO DO PROCEDIMENTO

§ 53 – PROCEDIMENTO SUMÁRIO
343 – CAUSAS DE RITO SUMÁRIO
343-A – ELENCO DAS CAUSAS SUJEITAS AO PROCEDIMENTO SUMÁRIO
344 – OUTRAS CAUSAS DE PROCEDIMENTO SUMÁRIO
345 – INDISPONIBILIDADE DO RITO SUMÁRIO
346 – O PROCEDIMENTO
347 – A PETIÇÃO INICIAL E SEU DESPACHO
348 – A CITAÇÃO E A RESPOSTA DO RÉU
349 – AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO
349-A – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO
350 – REVELIA
351 – DECLARATÓRIA INCIDENTAL, INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, LITISCONSÓRCIO E ASSISTÊNCIA
352 – DIREITO INTERTEMPORAL

PARTE VI – PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

CAPÍTULO XVI – FASE DE POSTULAÇÃO

§ 54 – PETIÇÃO INICIAL
353 – PETIÇÃO INICIAL
354 – REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL
355 – DESPACHO DA PETIÇÃO INICIAL
356 – CASOS DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL
356-A – INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL COM BASE EM PRESCRIÇÃO
357 – EXTENSÃO DO INDEFERIMENTO
357-A – JULGAMENTO IMEDIATO DO PEDIDO NA APRECIACÃO DA PETIÇÃO INICIAL
357-A-1 – INTIMAÇÃO DA SENTENÇA *PRIMA FACIE*
357-B – RECURSO CONTRA O JULGAMENTO *PRIMA FACIE*
357-C – PRESERVAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA
358 – EFEITOS DO DESPACHO DA PETIÇÃO INICIAL

§ 55 – O PEDIDO
359 – PETIÇÃO INICIAL
360 – PEDIDO
361 – REQUISITOS DO PEDIDO
362 – PEDIDO CONCLUDENTE
363 – PEDIDO GENÉRICO
364 – PEDIDO COMINATÓRIO
365 – PEDIDO ALTERNATIVO
366 – PEDIDOS SUCESSIVOS
367 – PEDIDO DE PRESTAÇÕES PERIÓDICAS
368 – PEDIDO DE PRESTAÇÃO INDIVISÍVEL
369 – PEDIDOS CUMULADOS
370 – ESPÉCIES DE CUMULAÇÃO DE PEDIDOS
371 – INTERPRETAÇÃO DO PEDIDO
372 – ADITAMENTO DO PEDIDO
372-A – MODIFICAÇÃO DO PEDIDO
372-B – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NO PROCESSO DE CONHECIMENTO
372-C – FUNGIBILIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES E ANTECIPATÓRIAS
372-D – A EFETIVAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA
372-E – TUTELA ANTECIPADA PARCIAL
372-F – RECURSO MANEJÁVEL DIANTE DO DEFERIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA

§ 56 – A RESPOSTA DO RÉU
373 – A DEFESA DO RÉU
374 – A RESPOSTA DO RÉU
375 – ESPÉCIES DE DEFESA

376 – DEFESA PROCESSUAL
377 – DEFESA DE MÉRITO
378 – RECONVENÇÃO
379 – SÍNTESE

§ 57 – CONTESTAÇÃO
380 – CONCEITO
381 – CONTEÚDO E FORMA DA CONTESTAÇÃO
382 – ÔNUS DA DEFESA ESPECIFICADA
383 – PRELIMINARES DA CONTESTAÇÃO
384 – CONHECIMENTO *EX OFFICIO* DAS PRELIMINARES
385 – RÉPLICA OU IMPUGNAÇÃO DO AUTOR

§ 58 – EXCEÇÕES
386 – CONCEITO
387 – PRAZO
388 – EFEITO DA EXCEÇÃO
389 – EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. CABIMENTO
390 – PROCEDIMENTO
391 – EXCEÇÕES DE IMPEDIMENTO E DE SUSPEIÇÃO

§ 59 – RECONVENÇÃO
392 – CONCEITO
393 – PRESSUPOSTOS DA RECONVENÇÃO
393-A – RECONVENÇÃO E COMPENSAÇÃO
394 – PROCEDIMENTO
394-A – RECONVENÇÃO SEM CONTESTAÇÃO
395 – EXTINÇÃO DO PROCESSO PRINCIPAL

§ 60 – REVELIA E RECONHECIMENTO DO PEDIDO
396 – REVELIA
397 – OS EFEITOS DA REVELIA
398 – ALTERAÇÃO DO PEDIDO
399 – RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO

CAPÍTULO XVII – FASE DE SANEAMENTO

§ 61 – PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES
400 – CONCEITO
401 – RÉPLICA DO AUTOR
402 – REVELIA E PROVAS
403 – INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
404 – AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL
405 – OUTRAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES

§ 62 – JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO
406 – CONCEITO
407 – EXTINÇÃO DO PROCESSO
408 – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE
408-A – AUDIÊNCIA PRELIMINAR

§ 63 – SANEAMENTO DO PROCESSO
409 – DESPACHO SANEADOR
410 – CABIMENTO
411 – CONTEÚDO
412 – EFEITO PRECLUSIVO
413 – FORMAS DO DESPACHO SANEADOR

CAPÍTULO XVIII – FASE PROBATÓRIA

§ 64 – A PROVA

- 414 – CONCEITO
- 415 – CARACTERÍSTICAS DA PROVA
- 416 – OBJETO DA PROVA
- 417 – FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA
- 418 – VALORAÇÃO DA PROVA
- 419 – O SISTEMA DO CÓDIGO
- 420 – PODER DE INSTRUÇÃO DO JUIZ
- 421 – ÔNUS DA PROVA
- 422 – SISTEMA LEGAL DO ÔNUS DA PROVA
- 422-A – CONFLITO DE VERSÕES SOBRE O FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR
- 422-B – DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA
- 422-C – ÔNUS DA PROVA NAS AÇÕES DO CONSUMIDOR
- 423 – CONVENÇÃO SOBRE ÔNUS DA PROVA
- 424 – MEIOS DE PROVA
- 424-A – PROVA POR PRESUNÇÃO
- 424-B – PRESUNÇÃO LEGAL E FICÇÃO LEGAL
- 425 – PROCEDIMENTO PROBATÓRIO
- 426 – INSTRUÇÃO POR MEIO DE CARTA
- 427 – DEVER DE COLABORAÇÃO COM A JUSTIÇA

§ 65 – DEPOIMENTO PESSOAL

- 428 – CONCEITO
- 429 – SANÇÃO DECORRENTE DO ÔNUS DE PRESTAR DEPOIMENTO PESSOAL
- 430 – LEGITIMAÇÃO PARA O DEPOIMENTO
- 431 – OBJETO DO DEPOIMENTO PESSOAL
- 432 – PROCEDIMENTO

§ 66 – CONFISSÃO

- 433 – CONCEITO
- 434 – REQUISITOS DA CONFISSÃO
- 435 – CLASSIFICAÇÕES
- 436 – EFEITOS DA CONFISSÃO
- 437 – INDIVISIBILIDADE DA CONFISSÃO
- 438 – VALOR DA CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL

§ 67 – EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA

- 439 – CONCEITO
- 440 – OPORTUNIDADE DA MEDIDA
- 441 – LEGITIMAÇÃO
- 442 – PROCEDIMENTO E EFEITOS DA EXIBIÇÃO REQUERIDA CONTRA PARTE
- 443 – PROCEDIMENTO E CONSEQUÊNCIAS DA EXIBIÇÃO REQUERIDA CONTRA TERCEIRO

§ 68 – PROVA DOCUMENTAL

- 444 – CONCEITO
- 445 – FORÇA PROBANTE DOS DOCUMENTOS
- 446 – DOCUMENTOS PÚBLICOS
- 447 – DOCUMENTOS PARTICULARES
- 448 – VALOR PROBANTE DO DOCUMENTO PARTICULAR
- 449 – TELEGRAMAS, CARTAS, REGISTROS DOMÉSTICOS
- 450 – LIVROS COMERCIAIS
- 450-A – DOCUMENTOS ARQUIVADOS EM MEIO ELETROMAGNÉTICO
- 451 – REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS PARTICULARES
- 452 – REPRODUÇÕES MECÂNICAS DE COISAS OU FATOS
- 453 – DOCUMENTOS VICIADOS EM SUA FORMA

454 – FALSIDADE DOCUMENTAL
455 – ESPÉCIES DE FALSIDADE
456 – ÔNUS DA PROVA
457 – O INCIDENTE DE FALSIDADE
458 – PROCEDIMENTO DO INCIDENTE DE FALSIDADE
458-A – FACULTATIVIDADE DO INCIDENTE DE FALSIDADE
459 – PRODUÇÃO DA PROVA DOCUMENTAL
460 – DESENTRANHAMENTO DE DOCUMENTOS
§ 69 – PROVA TESTEMUNHAL
461 – CONCEITO
462 – VALOR PROBANTE DAS TESTEMUNHAS
463 – DIREITOS E DEVERES DA TESTEMUNHA
464 – A PRODUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL
464-A – INOVAÇÃO DO PROCEDIMENTO DA PROVA TESTEMUNHAL (LEI Nº 10.358, DE 27.12.2001)

§ 70 – PROVA PERICIAL
465 – CONCEITO
466 – ADMISSIBILIDADE DA PERÍCIA
467 – O PERITO
468 – O PROCEDIMENTO DA PROVA PERICIAL
469 – VALOR PROBANTE DA PERÍCIA
470 – NOVA PERÍCIA

§ 71 – INSPEÇÃO JUDICIAL
471 – CONCEITO
472 – PROCEDIMENTO

§ 72 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO
473 – AUDIÊNCIA
474 – CARACTERÍSTICAS DA AUDIÊNCIA
475 – ATOS PREPARATÓRIOS
476 – ADIAMENTO DA AUDIÊNCIA
477 – ANTECIPAÇÃO DE AUDIÊNCIA
478 – CONCILIAÇÃO
479 – PROCEDIMENTO DA CONCILIAÇÃO
480 – INSTRUÇÃO E JULGAMENTO
481 – DOCUMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA

CAPÍTULO XIX – FASE DECISÓRIA

§ 73 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS
482 – CONCEITO DE PROCESSO
483 – CONTEÚDO E FINALIDADE DO PROCESSO

§ 74 – SENTENÇA
484 – DEFINIÇÃO LEGAL E CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA
485 – NATUREZA DA SENTENÇA DEFINITIVA
486 – FUNÇÃO DA SENTENÇA DEFINITIVA
486-A – FUNÇÃO DA SENTENÇA TERMINATIVA

§ 75 – ESTRUTURA E FORMALIDADES DA SENTENÇA
487 – CONTEÚDO DA SENTENÇA
488 – RELATÓRIO
489 – MOTIVAÇÃO
490 – DISPOSITIVO DA SENTENÇA
491 – CONDIÇÕES FORMAIS DA SENTENÇA
492 – CLAREZA
493 – PRECISÃO

493-A – A PRECISÃO DA SENTENÇA QUE TENHA POR OBJETO OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER

493-A-1 – REGRAS ESPECIAIS DE TUTELA ÀS OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE COISA

493-A-2 – REGRAS ESPECIAIS DE TUTELA DAS OBRIGAÇÕES DE QUANTIA CERTA

493-A-3 – SENTENÇA CONDENATÓRIA ILÍQUIDA

493-B – PRINCÍPIO DA DEMANDA E PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA

494 – PUBLICAÇÃO E INTIMAÇÃO DA SENTENÇA

495 – EFEITOS DA PUBLICAÇÃO

496 – CORREÇÃO E INTEGRAÇÃO DA SENTENÇA

496-A – NULIDADE DA SENTENÇA *ULTRA PETITA*, *CITRA PETITA* E *EXTRA PETITA*

496-B – INTERPRETAÇÃO DA SENTENÇA

§ 76 – CLASSIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS

497 – CLASSIFICAÇÕES

498 – SENTENÇAS DECLARATÓRIAS

499 – SENTENÇAS CONDENATÓRIAS

500 – SENTENÇA CONSTITUTIVA

501 – MOMENTO DE EFICÁCIA DA SENTENÇA

502 – MULTIPLICIDADE DE EFEITOS DA SENTENÇA

§ 77 – EFEITOS DA SENTENÇA

503 – CONCEITO

504 – ENTREGA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

504-A – CLASSIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS QUANTO AOS EFEITOS

505 – HIPOTECA JUDICIÁRIA

506 – OUTROS EFEITOS SECUNDÁRIOS DA SENTENÇA

§ 78 – COISA JULGADA

507 – A CONCEITUAÇÃO DE COISA JULGADA NO NOVO CÓDIGO

507-A – SENTENÇA, EFEITOS E COISA JULGADA

507-B – COISA JULGADA ADMINISTRATIVA

507-C – COISA JULGADA TOTAL E PARCIAL

508 – COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL

508-A – TERMINOLOGIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO

509 – FUNDAMENTO DA AUTORIDADE DA COISA JULGADA

510 – ARGUIÇÃO DA COISA JULGADA

510-A – DIMENSÕES POSSÍVEIS DA EXCEÇÃO DE COISA JULGADA

510-B – EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA COISA JULGADA

511 – PRECLUSÃO

§ 79 – LIMITES DA COISA JULGADA

512 – LIMITES OBJETIVOS

513 – MOTIVOS DA SENTENÇA

514 – VERDADE DOS FATOS

515 – QUESTÕES PREJUDICIAIS

516 – QUESTÕES IMPLICITAMENTE RESOLVIDAS

516-A – A EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA

517 – DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO (REMESSA *EX OFFICIO* OU REEXAME NECESSÁRIO)

517-A – INOVAÇÕES DA LEI Nº 10.352, DE 26.12.2001, SOBRE REEXAME NECESSÁRIO

518 – LIMITES SUBJETIVOS

518-A – EXPANSÃO DOS LIMITES SUBJETIVOS PARA ALÉM DAS PARTES DO PROCESSO

518-B – COISA JULGADA NAS AÇÕES COLETIVAS

519 – CAUSAS DE ESTADO

520 – RELAÇÕES JURÍDICAS CONTINUATIVAS E OUTROS CASOS DE REJULGAMENTOS

520-A – LIMITES TEMPORAIS DA COISA JULGADA

520-B – EXTENSÃO DA COISA JULGADA AO TERCEIRO ADQUIRENTE DO BEM LITIGIOSO

521 – EXECUÇÃO FORÇADA E COISA JULGADA

PARTE VII – RECURSOS

CAPÍTULO XX – SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

§ 80 – RECURSOS

522 – CONCEITO

523 – FUNDAMENTO DO DIREITO DE RECURSO

524 – ATOS SUJEITOS A RECURSO

525 – RECURSOS ADMISSÍVEIS

525-A – RECLAMAÇÃO

526 – CORREIÇÃO PARCIAL

526-A – A TÉCNICA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS

526-B – *REFORMATIO IN PEJUS*

§ 81 – PRINCÍPIOS GERAIS DOS RECURSOS

527 – DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO

528 – LEGITIMAÇÃO PARA RECORRER

528-A – PARTICULARIDADES DO RECURSO DE TERCEIRO

529 – LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA RECORRER

530 – PRESSUPOSTOS OBJETIVOS DO RECURSO

531 – RECORRIBILIDADE DA DECISÃO

532 – TEMPESTIVIDADE

532-A – RECURSO INTERPOSTO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO JULGADO

532-B – RECURSO INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PENDENTES

533 – CASOS ESPECIAIS DE INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE RECURSO

534 – SINGULARIDADE DO RECURSO

535 – ADEQUAÇÃO E FUNGIBILIDADE DOS RECURSOS

536 – PREPARO

537 – MOTIVAÇÃO E FORMA

537-A – EFEITOS DO RECURSO

537-B – EFEITO SUBSTITUTIVO

538 – RENÚNCIA E DESISTÊNCIA EM MATÉRIA DE RECURSOS

539 – ACEITAÇÃO EXPRESSA OU TÁCITA DA SENTENÇA

540 – RECURSO ADESIVO

540-A – JULGAMENTO SINGULAR E COLETIVO DO RECURSO EM SEGUNDO GRAU

540-B – A RECORRIBILIDADE NECESSÁRIA DA DECISÃO SINGULAR DO RELATOR

§ 82 – A APELAÇÃO

541 – CONCEITO

541-A – A NOVA DEFINIÇÃO DE SENTENÇA E SUA REPERCUSSÃO NA ESFERA RECURSAL

542 – INTERPOSIÇÃO DA APELAÇÃO

543 – EFEITOS DA APELAÇÃO

543-A – INOVAÇÃO DA LEI Nº 10.352, DE 26.12.2001, A RESPEITO DO EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO

543-A-1 – QUESTÃO DE FATO E QUESTÃO DE DIREITO

543-A-2 – POLÊMICA ACERCA DA INOVAÇÃO OPERADA NO § 3º DO ART. 515

543-A-3 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

543-A-4 – A APELAÇÃO E AS NULIDADES SANÁVEIS DO PROCESSO

543-B – INOVAÇÃO DA LEI Nº 10.352, DE 26.12.2001, A RESPEITO DO EFEITO SUSPENSIVO DA APELAÇÃO

544 – RECEBIMENTO DA APELAÇÃO

544-A – A IRRECORRIBILIDADE DA SENTENÇA PROFERIDA EM CONFORMIDADE COM SÚMULA DO STJ OU DO STF

544-B – JUÍZO DE RETRATAÇÃO: REEXAME DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DA APELAÇÃO JÁ RECEBIDA

544-C – JUÍZO DE RETRATAÇÃO: REEXAME DA MATÉRIA DECIDIDA NA SENTENÇA APELADA POR ATO DE SEU PRÓPRIO PROLATOR

545 – DESERÇÃO

546 – PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DA APELAÇÃO
547 – JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

§ 83 – AGRAVO

548 – CONCEITO
549 – ESPÉCIES DE AGRAVO
550 – AGRAVO RETIDO
550-A – AGRAVO RETIDO INTERPOSTO ORALMENTE
550-B – JUÍZO DE RETRATAÇÃO NO AGRAVO RETIDO
550-C – AGRAVO RETIDO APÓS A SENTENÇA
551 – AGRAVO DE INSTRUMENTO
551-A – FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO DO AGRAVO
552 – EFEITOS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO
553 – PROCESSAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO
553-A – INOVAÇÕES REGISTRADAS A PARTIR DAS LEIS NºS 10.352/2001 E 11.187/2005
554 – O CONTRADITÓRIO
554-A – OUTRAS OBSERVAÇÕES SOBRE O ATUAL REGIME DO AGRAVO DE INSTRUMENTO
554-B – FORMAÇÃO DA COISA JULGADA ANTES DO JULGAMENTO DO AGRAVO

§ 84 – EMBARGOS INFRINGENTES

555 – CONCEITO
556 – PROCESSAMENTO
557 – EMBARGOS ADESIVOS
557-A – OUTRAS OBSERVAÇÕES SOBRE OS EMBARGOS INFRINGENTES
557-B – INOVAÇÕES DA LEI Nº 10.352, DE 26.12.2001, SOBRE OS EMBARGOS INFRINGENTES
557-C – LEGITIMAÇÃO PARA EMBARGAR
557-D – PARTICULARIDADES DOS EMBARGOS INFRINGENTES EM FACE DA EXCEÇÃO DE PRESCRIÇÃO

§ 85 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

558 – CONCEITO
559 – PRESSUPOSTOS DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
560 – PROCEDIMENTO
561 – EFEITO INTERRUPTIVO
561-A – EFEITO SUSPENSIVO
562 – EMBARGOS MANIFESTAMENTE PROTETÓRIOS

§ 86 – UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

563 – RECURSO DE REVISTA
564 – UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA
565 – PRESSUPOSTOS DO INCIDENTE
566 – LEGITIMAÇÃO PARA A PROVOCAÇÃO DO INCIDENTE
567 – APRECIÇÃO DO INCIDENTE
567-A – A UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS
568 – SÚMULA JURISPRUDENCIAL
568-A – SÚMULA VINCULANTE
568-B – REGULAMENTAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE

§ 87 – RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

569 – INTROITO
570 – RECURSO ORDINÁRIO PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
571 – RECURSO EXTRAORDINÁRIO
572 – PRESSUPOSTOS DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

- 572-A – REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS DEBATIDAS NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
- 572-B – CONCEITUAÇÃO LEGAL DE DECISÃO QUE OFERECE REPERCUSSÃO GERAL
- 572-C – PROCEDIMENTO NO STF
- 572-D – REFLEXOS DO RECONHECIMENTO DA FALTA DE REPERCUSSÃO GERAL
- 572-E – O PROCEDIMENTO REGIMENTAL DE APRECIAÇÃO DA ARGUIÇÃO DE REPERCUSSÃO GERAL PELO PLENÁRIO DO STF
- 572-F – FORMAS DE SOLUÇÃO TÁCITA DA ARGUIÇÃO DE REPERCUSSÃO GERAL
- 572-G – RECURSOS MANEJÁVEIS CONTRA AS DECISÕES LOCAIS, APÓS O PRONUNCIAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE A ARGUIÇÃO DE REPERCUSSÃO GERAL
- 573 – FUNÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
- 574 – EFEITOS DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
- 574-A – OBTENÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO EXCEPCIONAL PARA O RECURSO EXTRAORDINÁRIO
- 575 – PROCESSAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
- 575-A – AGRAVO NOS PRÓPRIOS AUTOS CONTRA A INADMISSÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
- 575-B – O PREPARO DOS RECURSOS PARA O STF E PARA O STJ
- 575-C – O RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR VIA ELETRÔNICA
- 575-D – JULGAMENTO DO RECURSO E JULGAMENTO DA CAUSA
- 576 – PODERES DO RELATOR
- 576-A – RECURSOS PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
- 576-B – RECURSO ESPECIAL
- 576-C – JURISPRUDÊNCIA FORMADA ANTES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988
- 576-D – JURISPRUDÊNCIA DO STJ FORMADA APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988
- 576-E – RECURSO ESPECIAL FUNDADO EM DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL
- 576-F – OBTENÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO EXCEPCIONAL PARA O RECURSO ESPECIAL
- 576-G – O RECURSO ESPECIAL E AS CAUSAS REPETITIVAS
- 576-H – PROCEDIMENTO TRAÇADO NAS CAUSAS REPETITIVAS PARA OBSERVÂNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM
- 576-I – PROCEDIMENTO TRAÇADO NAS CAUSAS REPETITIVAS PARA OBSERVÂNCIA DO STJ
- 576-J – EFEITOS DO ACÓRDÃO DA SEÇÃO OU DA CORTE ESPECIAL DO STJ NAS CAUSAS REPETITIVAS
- 576-L – REGULAMENTAÇÃO REGIMENTAL E DIREITO INTERTEMPORAL NAS CAUSAS REPETITIVAS
- 576-M – CONCOMITÂNCIA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL
- 576-N – CONCOMITÂNCIA DE EMBARGOS INFRINGENTES E RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL OU SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
- 576-O – EMBARGOS ADMISSÍVEIS NOS JULGAMENTOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
- 576-P – EMBARGOS PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
- 576-Q – RECLAMAÇÃO PERANTE O STF E O STJ
- 576-R – RECURSO ESPECIAL OU EXTRAORDINÁRIO RETIDO
- 576-S – DESTRANCAMENTO DOS RECURSOS RETIDOS
- 576-T – FORÇA VINCULANTE DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
- § 88 – DIREITO INTERTEMPORAL EM MATÉRIA DE RECURSOS
- 577 – POSIÇÃO DO NOVO CÓDIGO
- 578 – PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DIREITO INTERTEMPORAL DOS RECURSOS

PARTE VIII – O PROCESSO NOS TRIBUNAIS

CAPÍTULO XXI – NOÇÕES GERAIS

- § 89 – O PROCESSO NOS TRIBUNAIS
- 579 – DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO

580 – COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS
581 – CARACTERÍSTICAS DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS
582 – CASOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS
583 – POSIÇÃO DA MATÉRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
584 – O FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS
585 – O SISTEMA DE JULGAMENTO DOS TRIBUNAIS
585-A – INOVAÇÕES DA LEI Nº 10.352, DE 26.12.2001, SOBRE OS JULGAMENTOS PELOS TRIBUNAIS
585-B – ADIAMENTO E RETOMADA DO JULGAMENTO DE TRIBUNAL

§ 90 – HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

586 – A EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA
587 – O SISTEMA NACIONAL
588 – A HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ESTRANGEIRA
589 – NATUREZA DA DECISÃO HOMOLOGATÓRIA
590 – O PROCEDIMENTO
591 – A EXECUÇÃO

§ 91 – DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

592 – O CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO
593 – REGULAMENTAÇÃO LEGAL
594 – O INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NOS TRIBUNAIS
595 – OBJETO DA ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE
596 – INICIATIVA DE ARGUIÇÃO
597 – MOMENTO DA ARGUIÇÃO
598 – COMPETÊNCIA PARA APRECIAR O CABIMENTO DO INCIDENTE
599 – O JULGAMENTO DA ARGUIÇÃO

§ 92 – AÇÃO RESCISÓRIA

600 – CONCEITO
601 – PRESSUPOSTOS
602 – CASOS DE ADMISSIBILIDADE DA RESCISÓRIA
603 – PREVARICAÇÃO, CONCUSSÃO OU CORRUPÇÃO DO JUIZ (ART. 485, I)
604 – IMPEDIMENTO OU INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZ (ART. 485, II)
605 – DOLO DA PARTE VENCEDORA (ART. 485, III)
606 – COLUSÃO PARA FRAUDAR A LEI (ART. 485, III)
607 – OFENSA À COISA JULGADA (ART. 485, IV)
608 – VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI (ART. 485, V)
608-A – OFENSA À NORMA CONSTITUCIONAL (AINDA O ART. 485, V)
609 – FALSIDADE DE PROVA (ART. 485, VI)
610 – DOCUMENTO NOVO (ART. 485, VII)
611 – CONFISSÃO, DESISTÊNCIA OU TRANSAÇÃO INVÁLIDAS (ART. 485, VIII)
612 – ERRO DE FATO (ART. 485, IX)
613 – ATOS JUDICIAIS NÃO SUJEITOS À AÇÃO RESCISÓRIA
613-A – SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA EM PROCESSO CONTENCIOSO
614 – LEGITIMAÇÃO
614-A – COMPETÊNCIA
615 – O PEDIDO: *JUDICIUM RESCINDENS* E *JUDICIUM RESCISSORIUM*
616 – MULTA DE 5% SOBRE O VALOR DA CAUSA
617 – A EXECUÇÃO DA SENTENÇA RESCINDENDA
618 – INDEFERIMENTO DA INICIAL
619 – PROCEDIMENTO
620 – NATUREZA E CONTEÚDO DA DECISÃO
620-A – A RESCISÓRIA E OS DIREITOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS DE BOA-FÉ
620-B – PRESERVAÇÃO DE EFEITOS DA SENTENÇA RESCINDIDA
621 – RESCISÓRIA DE RESCISÓRIA
622 – PRAZO DE PROPOSITURA DA AÇÃO RESCISÓRIA

622-A – RESCISÃO DE SENTENÇA COMPLEXA OU DE COISA JULGADA FORMADA PROGRESSIVAMENTE

622-B – A SÚMULA Nº 401 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

622-C – PRORROGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO STF E DO STJ EM MATÉRIA DE RESCISÓRIA

623 – SENTENÇA NULA DE PLENO DIREITO

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS

ÍNDICE DOS FLUXOGRAMAS